

C.I.I.B – Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Administradores da
C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

- a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não registrou contabilmente despesas incorridas no exercício corrente. Consequentemente, o passivo e o resultado estão subavaliados no montante de R\$2.094 mil.
- b) Durante nossos procedimentos de auditoria, identificamos, por meio de confirmações com assessores jurídicos externos, divergências no prognóstico de perda e no valor provável de perda dos processos judiciais. Dessa forma, o passivo encontra-se superavaliado em R\$1.794 mil, e o patrimônio líquido e o resultado do exercício encontram-se subavaliados nesse valor.
- c) Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apresenta em seu resultado do exercício o montante de R\$6.375 mil, relativo à reversão do saldo de impostos diferidos ativos, reconhecidos incorretamente em anos anteriores. Dessa forma, o resultado do exercício encontra-se subavaliado nesse valor.
- d) Em 31 de dezembro de 2016, nosso relatório continha modificação a respeito do montante R\$6.715 mil, no qual o resultado desse exercício estava subavaliado em decorrência de despesas relativas a salários, encargos e outras provisões sociais de competência do exercício de 2015, as quais foram registradas no exercício de 2016.
- e) Em 31 de dezembro de 2016, nosso relatório continha modificação, tendo em vista que a Sociedade recebeu autuação fiscal e não reconheceu provisão referente à compensação indevida de créditos de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no ano-calendário 2012, no montante de R\$3.061 mil. Considerando que a Sociedade não realizou o registro contábil da referida provisão nesse exercício, o passivo do exercício corrente está subavaliado no referido montante, bem como o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está subavaliado para fins de comparabilidade.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

- f) Em 31 de dezembro de 2016, nosso relatório continha modificação em função do saldo de depósitos judiciais da Sociedade, que se encontrava subavaliado em R\$311 mil por conta do efeito líquido referente à falta de atualização monetária e a valores sem suporte documental; o saldo da provisão para contingências trabalhistas nessa data encontrava-se subavaliado em R\$448 mil em decorrência da falta de atualização monetária. Dessa forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se subavaliado em R\$137 mil.
- g) Em 31 de dezembro de 2016, nosso relatório continha modificação pelo fato de a Sociedade ter efetuado, nessa data, a contabilização de saldo de faturas a emitir líquidas da provisão para determinados tributos federais, no montante de R\$3.723 mil. Consequentemente, nessa data, o ativo e o passivo circulantes encontravam-se subavaliados no referido montante.
- h) Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, identificamos divergências nos cálculos referentes à provisão de férias e a encargos correspondentes. Dessa forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 encontrava-se superavaliado em R\$311 mil e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se subavaliado em R\$311 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade apresentou prejuízo de R\$15.982 mil (R\$15.370 mil em 31 de dezembro de 2016), além de ter apresentado capital circulante líquido negativo de R\$19.571 mil e patrimônio líquido negativo de R\$12.478 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade das atividades da Sociedade, assumindo que o cotista controlador continuará a fornecer os recursos financeiros necessários. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

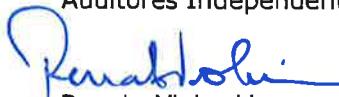
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2019

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

C.I.I.B - CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.063	1.696	Fornecedores	11	15.002	4.183
Contas a receber de clientes	5	47.321	24.919	Arrendamentos mercantis		-	392
Adiantamentos a fornecedores	9	11.967	1.522	Salários e encargos sociais	12	3.515	6.721
Impostos a recuperar	6	2.222	2.054	Obrigações fiscais	13	1.789	813
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	6.375	Adiantamentos de clientes	14	64.938	12.015
Partes relacionadas	7	127	174	Partes relacionadas	7	1.043	1.017
Outros ativos		<u>1.657</u>	<u>292</u>	Provisões diversas	15	3.515	7.450
Total do ativo circulante		<u>70.357</u>	<u>37.031</u>	Outras contas a pagar		<u>6</u>	<u>199</u>
				Total do passivo circulante		<u>89.808</u>	<u>32.789</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	6	9.284	5.427	Obrigações fiscais	12	-	5.039
Depósitos judiciais		4.313	5.072	Arrendamentos mercantis		-	146
Imobilizado e intangível	10	<u>2.778</u>	<u>3.777</u>	Provisões diversas	15	1.087	470
Total do ativo não circulante		16.375	14.277	Provisão para riscos trabalhistas	16	<u>8.315</u>	<u>9.360</u>
				Total do passivo não circulante		<u>9.402</u>	<u>15.016</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NEGATIVO)	17		
				Capital social		128.515	128.515
				Prejuízos acumulados		<u>(140.992)</u>	<u>(125.011)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>(12.478)</u>	<u>3.504</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>86.732</u>	<u>51.309</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>86.732</u>	<u>51.309</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA	18	76.876	86.071
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(67.282)	(76.478)
LUCRO BRUTO		<u>9.594</u>	<u>9.593</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(19.463)	(26.937)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	<u>9</u>	<u>(612)</u>
		(19.454)	(27.549)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(9.860)</u>	<u>(17.955)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	1.153	129
Despesas financeiras	20	<u>(900)</u>	<u>(1.315)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		253	(1.186)
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(9.607)</u>	<u>(19.141)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	8	<u>(6.375)</u>	<u>3.772</u>
		(6.375)	3.772
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(15.982)</u>	<u>(15.370)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(15.982)	(15.370)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(15.982)</u>	<u>(15.370)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	17	115.515	(109.641)	5.874
Aumento de Capital		13.000	-	13.000
Prejuízo do exercício		-	(15.370)	(15.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	17	<u>128.515</u>	<u>(125.011)</u>	<u>3.504</u>
Prejuízo do exercício		-	(15.982)	(15.982)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	17	<u>128.515</u>	<u>(140.993)</u>	<u>(12.478)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(15.982)	(15.370)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	10 e 19	1.317	1.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.375	(3.772)
Reversão de provisão para multa rescisória de FGTS		(2.338)	-
Reversão de provisão para riscos tributários e trabalhistas	16 e 19	(1.045)	(576)
Resultado na venda de imobilizado	10	753	(511)
Provisão de férias	18	(1.850)	2.947
Provisões diversas	15 e 19	(980)	5.931
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	15	-
Plano de opção de ações		-	414
Juros sobre empréstimos, leasing e outros	20	563	824
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(22.417)	21.201
Adiantamento a fornecedores		(10.445)	4.252
Impostos a recuperar		(4.025)	2.337
Depósitos judiciais		759	(687)
Outros ativos		(1.366)	2.385
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		10.819	(2.086)
Salários e encargos sociais		(1.356)	1.769
Obrigações fiscais		(4.063)	1.017
Adiantamentos de clientes		52.923	(36.137)
Partes relacionadas		73	498
Outras contas a pagar		(192)	192
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		7.538	(13.806)
Juros pagos sobre empréstimos, arrendamento mercantil "leasing" e outros		(563)	(782)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>6.976</u>	<u>(14.589)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do imobilizado e itens do intangível	9	(1.071)	(1.309)
Recebimento pela venda de imobilizado		-	319
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.071)</u>	<u>(990)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	16	-	13.000
Empréstimos e leasings financeiros		-	7.100
Amortização do principal de empréstimos		-	(7.000)
Amortização do principal de arrendamento mercantil		(538)	(516)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(538)	12.584
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.367</u>	<u>(2.995)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.696	4.691
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	7.063	1.696
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.367</u>	<u>(2.995)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

C.I.I.B – CENTRO DE INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. (“Sociedade”) é subsidiária integral da Vinci Energies International, com sede na França, especialista mundial em projetos, instalação e manutenção de sistemas e subsistemas para a indústria, infraestrutura e telecomunicações, bem como sistemas aplicados a edificações. Atualmente, a sede da empresa está localizada à Rua Alcides Ricardini Neves, 12, bairro Cidade Monções, São Paulo – SP – Brasil.

Em 27 de novembro de 2015, conforme deliberado pelos cotistas, a Sociedade anteriormente denominada Cegelec Ltda., teve sua denominação social alterada para C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda.

A Sociedade tem como principais atividades no Brasil, na área de contratos, o estudo, o projeto e a execução de obras de engenharia em geral, automação e sistemas de controle, automação predial, comunicação e dados de voz, montagem industrial, sistemas elétricos, climatização e contratos no sistema “turnkey”. Na área de serviços, manutenção industrial, predial e infraestrutura, gerenciamento de utilidades e facilidades, paradas industriais, “revamping”, serviços elétricos e mecânicos em máquinas rotativas e alternativas e transferência de plantas.

Em 31 de dezembro de 2017, a sociedade apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$19.571 (capital circulante líquido positivo de R\$4.242 em 31 de dezembro de 2016), bem como patrimônio líquido negativo de R\$12.478. A Administração, com base em seus planos de negócios e considerando o contínuo suporte financeiro por seus cotistas controladores, não prevê problema quanto à liquidação das dívidas de curto prazo. Os principais aspectos abordados durante 2017 a serem incrementados nos próximos anos, em relação à melhoria dos resultados operacionais, estão descritos a seguir:

- Desenvolvimento comercial relacionado a serviços com foco nas atividades de instalação elétrica e automação, incluindo a contratação de especialistas.
- Aumento do rigor aplicado pelo comitê de aprovação de novos negócios no Brasil, permitindo apenas novas propostas com margens positivas, após alocação total dos custos envolvidos.
- Redimensionamento da Sociedade, reduzindo as despesas com pessoal e custos fixos durante o exercício de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no pressuposto de continuidade normal das operações da Sociedade, assumindo que o cotista controlador continuará a fornecer os recursos financeiros necessários para fazer frente às necessidades de suas operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo na data do balanço. (Vide nota explicativa nº 2.2).

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

As receitas e os custos dos contratos são apurados conforme segue:

- As receitas da área de contratos são calculadas e contabilizadas com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e os custos totais orçados atualizados, ajustado, quando aplicável, por provisão para reconhecer perdas na execução dos serviços.
- A receita da área de serviço é apropriada ao resultado observando o regime de competência, o faturamento efetivo e/ou a medição dos serviços mensais.
- Os custos são contabilizados quando incorridos.
- As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado observando o regime de competência.

2.2. Instrumentos financeiros

- (i) Ativos financeiros não derivativos - A Sociedade reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial, somente quando a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- (ii) Passivos financeiros não derivativos - A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou expiradas.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- (iii) Capital social - As Ações são classificadas como Patrimônio Líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.
- (iv) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Não existiam, na data destas Demonstrações Financeiras, itens materiais considerados nessa categoria.
- (v) Instrumentos financeiros disponíveis para venda - Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. Não existiam, na data destas Demonstrações Financeiras, itens materiais considerados nessa categoria.
- (vi) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os equivalentes de caixa e contas a receber.

- (vii) Caixa e equivalentes de caixa: Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber representam os serviços prestados até a data do balanço e estão apresentadas líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.4. Imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos na data do balanço e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os ativos intangíveis, que se referem a direitos de uso de software, são registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença.

2.5. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas.

2.6. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Tributação

Impostos correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou as exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados nos ativos circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, considerando que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera ser aplicável ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) promulgadas até a data do balanço.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os itens monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Em 2017, tais efeitos foram considerados não relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Avaliação de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações.
- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente.
- Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Créditos reconhecidos na proporção dos custos acumulados incorridos sobre os contratos em andamento.
- Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais podem apresentar variações em relação a tais estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

2.10. Arrendamentos mercantis

Os contratos de arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.11. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Sociedade incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições à seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício com base no regime de competência, à medida que são incorridos.

2.12. Benefícios a empregados - plano de poupança com ações gratuitas oferecidas pelo Grupo Vinci

O Grupo Vinci oferece aos empregados e administradores um plano de remuneração com base em ações do Grupo, liquidados quando a Sociedade recebe os serviços como contraprestações desse benefício. O valor justo das ações concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente. (Vide nota explicativa nº 19).

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS E AINDA NÃO ADOTADAS

- (i) Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, o Grupo aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRS e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017.

- Modificações a IAS 7 (CPC 03) - Demonstrações de Fluxos de Caixa: o impacto na sua adoção é somente de divulgação quanto a movimentação da dívida.
- Modificações a IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perda a Realizar: a aplicação dessa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade, uma vez que o Grupo já avalia a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

- (ii) Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017, e ainda não adotados:

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018

- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros – introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. As principais alterações referem-se a:
 - i) Novo modelo de “impairment” para ativos financeiros, considerando as perdas esperadas e incorridas (estimadas).
 - ii) Novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.
 - iii) Alteração nas exigências relativas à contabilidade de “hedge”.
- A Administração realizou estudos e avaliou que a aplicação dessa norma não terá impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
- IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes – introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços, e as respectivas divulgações. A Administração avaliou as alterações introduzidas e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Sociedade em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, tendo em vista que as obrigações de performance para reconhecimento da receita já são cumpridas e registradas conforme o progresso do projeto pelo “Percentage of compliance – POC”.

Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019

- IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento Mercantil - em 13 de janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – “Leases” (ou CPC 06 – Arrendamento Mercantil), que especifica regras para reconhecimento, mensuração e divulgação de contratos de arrendamento. O pronunciamento estabelece um modelo único de reconhecimento para o arrendador, em que os contratos têm o Ativo, correspondente ao direito de uso dos bens e, o Passivo correspondente ao valor presente líquido dos contratos, ambos reconhecidos no balanço da Sociedade. As exceções incluem contratos de curto prazo, inferior a 12 meses, e contratos de pequeno valor. O pronunciamento será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo a adoção antecipada permitida nos casos em que esta, ocorrer também para a IFRS 15 ou CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes. A Sociedade está realizando estudos preliminares para avaliar o impacto da adoção da IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Caixa e bancos	178	546
Aplicações financeiras	<u>6.885</u>	<u>1.150</u>
	<u><u>7.063</u></u>	<u><u>1.696</u></u>

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins, visto que a Sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário - CDB no Banco BNP, cujo rendimento médio é de 97% do CDI ao ano e possui insignificante risco de perda quando à sua realização.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Duplicatas a receber	6.431	13.502
Faturas a emitir – obras em execução (*)	<u>40.908</u>	<u>11.420</u>
	<u>47.339</u>	<u>24.922</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18)</u>	<u>(3)</u>
	<u><u>47.321</u></u>	<u><u>24.919</u></u>

(*) As faturas a emitir representam os saldos correspondentes ao registro contábil de reconhecimento de receita com base nos custos incorridos dos contratos de prestações de serviços, os quais ainda não foram faturados.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Créditos a vencer	-	13.351
Créditos em atraso:		
Até 30 dias	202	-
De 31 a 60 dias	-	97
De 61 a 90 dias	182	2
De 91 a 180 dias	131	-
Há mais de 180 dias (*)	<u>5.916</u>	<u>52</u>
	<u><u>6.431</u></u>	<u><u>13.502</u></u>

(*) O montante vencido há mais de 180 dias refere-se, substancialmente, a retenções previstas contratualmente, que serão recebidas pela Sociedade ou na conclusão dos projetos ou no atendimento dos marcos contratuais pré-estabelecidos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo no início do exercício	(3)	(3)
Adições	(29)	-
Baixas	14	-
Saldo no fim do exercício	<u>(18)</u>	<u>(3)</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	9.118	5.427
PIS e COFINS a recuperar	680	-
ICMS a recuperar	513	1.680
Imposto sobre Produtos Industrializados	932	-
Outros tributos	263	374
	<u>11.506</u>	<u>7.481</u>
Circulante	2.222	2.054
Não circulante	9.284	5.427

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Ativo circulante:		
Sotécnica - Sociedade Electrotécnica S.A.	-	174
Vinci Energies Systemes D'Information	43	-
Vinci Energies Portugal	84	-
	<u>127</u>	<u>174</u>
Passivo circulante:		
Eresis	42	-
Actemium Process Automotive	-	113
Vinci Energies Systemes D'Information	-	247
Vinci Energies Management	871	527
Vinci Energies S/A	130	130
	<u>1.043</u>	<u>1.017</u>
	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receitas (despesas):		
Sotécnica - Sociedade Electrotécnica S.A.	-	76
Seit Hydr'eau	-	(68)
Oengenharia	(1.165)	-
Plant Solutions Zjud-Oost BV	(36)	-
Eresis	(102)	-
Vinci Energies S/A	(20)	-
Actemium Process Automotive	113	(347)
Vinci Energies Management	(319)	(251)
Vinci Energies Systemes D'Information	(456)	(247)
	<u>(1.985)</u>	<u>(837)</u>

As operações acima apresentadas referem-se, em sua maior parte, a reembolso de despesas e compras e vendas entre as partes, sendo que tais transações foram praticadas em condições acordadas entre as partes. Conforme requerido pelo CPC 05 R1, as Sociedades supra listadas referem-se à coligadas da C.I.I.B, com exceção da Vinci Energies S.A., que é a controladora da Sociedade.

Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Sociedade, reconhecidas no exercício de 2017, totalizaram R\$504 (R\$506 em 31 de dezembro 2016).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2017, a Sociedade realizou o estorno total de seus créditos tributários, no montante de R\$6.375, pelo fato de não possuir expectativa de realização desses ativos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Em 2016 e 2017, a Sociedade apresentou prejuízo fiscal, não se aplicando, portanto, apuração de imposto de renda e contribuição social correntes.

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Referem-se aos adiantamentos concedidos pela Sociedade para determinados fornecedores para aquisição de matérias-primas e equipamentos os quais serão aplicados em seus projetos.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Adiantamentos a fornecedores - circulante	<u>11.967</u>	<u>1.522</u>
	<u>11.967</u>	<u>1.522</u>

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Softwares	Instalações e edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Total do ativo
Vida útil (Em anos)	5	10	10	10	5	5	
<u>Custos</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.496	658	605	3.795	5.442	1.992	13.988
Adições	768	-	44	137	-	122	1.071
Transferências	-	-	23	-	-	(23)	-
Baixas	(90)	(203)	(68)	(340)	(3.340)	(27)	(4.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.174	455	604	3.592	2.102	2.064	10.991
<u>Depreciação</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1.222)	(167)	(446)	(3.028)	(3.602)	(1.746)	(10.211)
Adições	(176)	(62)	(80)	(263)	(623)	(113)	1.317
Transferências	-	-	(4)	-	-	4	-
Baixas	90	82	63	293	2.779	8	(3.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1.308)	(147)	(467)	(2.998)	(1.446)	(1.847)	(8.213)
<u>Valor residual:</u>							
Saldos em 31 de dezembro de 2017	866	308	137	594	656	217	2.778
Saldos em 31 de dezembro de 2016	274	491	159	767	1.840	246	3.777

11. FORNECEDORES

Refere-se a saldos de serviços contratados e compras de materiais, relacionadas a projetos em andamento.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Provisões Fornecedores	13.190	1.117
Fornecedores	<u>1.812</u>	<u>3.066</u>
	<u>15.002</u>	<u>4.183</u>

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Provisão de férias	1.178	2.947
Salários	388	1.279
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.259	1.998
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	197	427
Outros	<u>493</u>	<u>70</u>
	<u>3.515</u>	<u>6.721</u>

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	5.000
Imposto sobre Serviços - ISS	612	720
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	21	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	166	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	556	118
Parcelamento de impostos curto prazo	380	-
Outros tributos a recolher	<u>54</u>	<u>14</u>
	<u>1.789</u>	<u>5.852</u>
Circulante	1.789	813
Não circulante	-	5.039

O parcelamento do imposto refere-se à adesão da Sociedade ao Programa de Regularização Tributária - PERT em setembro de 2017 junto ao Ministério da Fazenda, referente ao auto de infração sobre PIS e COFINS. O programa permitia compensar prejuízo fiscal até o limite de 95%, sendo o restante quitado dentro do próprio exercício. A movimentação do parcelamento de impostos no decorrer do exercício apresenta-se a seguir:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo no início do exercício	-	-
Parcelamento	4.537	-
Compensação com prejuízo fiscal	(3.533)	-
Pagamento de principal e juros	<u>(623)</u>	-
Saldo no final do exercício	<u>380</u>	-

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se a recebimentos antecipados utilizados pela Sociedade substancialmente para importação de materiais elétricos e mecânicos utilizados em projetos. Logo, os montantes podem ser assim demonstrados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	64.938	12.015
	<u>64.938</u>	<u>12.015</u>

15. PROVISÕES DIVERSAS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Provisão para rescisões contratuais - FGTS (a)	1.290	3.628
Provisão para perdas contratuais (b)	2.892	3.407
Provisão para aviso prévio (c)	229	732
Outras provisões	191	153
	<u>4.602</u>	<u>7.920</u>
Circulante	3.515	7.450
Não circulante	1.087	470

- (a) Provisão para indenizações sobre rescisões correspondentes a multas rescisórias de 50% sobre os depósitos de FGTS, constituída durante a execução dos contratos de longo prazo e de manutenção, para os empregados contratados especificamente para esses contratos.
- (b) Provisão para perdas contratuais reconhecida no momento em que estas são identificadas. A Administração da Sociedade entende não ser necessária a formação de provisão para perdas para o período de tempo total dos contratos de longo prazo, na prestação de serviços de manutenção, uma vez que tais contratos são subdivididos em períodos trimestrais, o que torna seu controle mais efetivo e permite reação a possíveis perdas em um menor espaço de tempo.
- (c) Provisão de aviso prévio demissional referente à obrigação de três dias de trabalho a mais por ano, sendo o valor ajustado mensalmente com base nas remunerações.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E OUTROS

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Sociedade, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, conforme a seguir:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Trabalhista	8.315	9.360
	<u>8.315</u>	<u>9.360</u>

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas é como segue:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Saldo no início do exercício	9.360	9.936
Adições	1.165	1.381
Baixas	<u>(2.210)</u>	<u>(1.957)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>8.315</u>	<u>9.360</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a C.I.I.B - Centro de Integração Industrial Brasileira Ltda. ("Sociedade") possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$35.481, referente a causas de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionados em seus livros.

Do referido montante, cerca de R\$18.121 (montante relativo somente a Sociedade. O valor total da ação é R\$181.212) referem-se à ação judicial movida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com relação a inadimplemento contratual, em que a Sociedade é parte com outras duas empresas de renome internacional. A Sociedade seria a responsável pela montagem dos equipamentos desse contrato, com participação de 10% do total contratado. Esse processo movido pela ECT foi avaliado com possibilidade de perda possível pelos assessores jurídicos da Sociedade.

17. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social está dividido em 128.514.682 cotas, no valor de R\$1,00 cada uma, distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Vinci Energies do Brasil Engenharia e Participações	128.514.681	128.514.681
Dominique Ferreira	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>128.514.682</u>	<u>128.514.682</u>

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receita bruta de vendas e serviços	<u>91.019</u>	<u>103.473</u>
Impostos incidentes sobre vendas:		
ICMS	(4.066)	(4.657)
IPI	(41)	(113)
ISS	(2.214)	(3.081)
PIS	(1.395)	(1.707)
COFINS	<u>(6.427)</u>	<u>(7.846)</u>
Total deduções impostos sobre vendas	<u>(14.143)</u>	<u>(17.403)</u>
Total receita líquida de serviços	<u>76.876</u>	<u>86.071</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Salários, ordenados e encargos sociais	(35.380)	(50.940)
Materiais para execução dos serviços	(19.978)	(11.873)
Outros custos para execução dos serviços	(21.868)	(20.298)
Aluguel de equipamentos	(499)	(507)
Aluguel de veículos e edifícios	(999)	(1.678)
Viagens, eventos e treinamentos	(3.408)	(2.738)
Serviços de terceiros	(5.761)	(5.458)
Provisão para riscos e contingências	1.045	521
Reversões (provisões) diversas	3.270	(5.931)
Provisão de férias	(1.850)	(2.947)
Depreciação e amortização	(1.317)	(1.566)
Outras receitas/despesas, líquidas	<u>9</u>	<u>(612)</u>
	<u>(86.736)</u>	<u>(104.027)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(67.282)	(76.478)
Despesas gerais e administrativas	(19.463)	(26.937)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>9</u>	<u>(612)</u>
	<u>(86.736)</u>	<u>(104.027)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeiras	804	-
Receitas cambiais	65	58
Descontos obtidos	99	-
Atualização monetária de depósitos judiciais e PERDCOMP'	182	2
Outras receitas financeiras	<u>3</u>	<u>69</u>
	<u>1.153</u>	<u>129</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, empréstimos e arrendamentos mercantis	(563)	(1.119)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(79)	(118)
Variação cambial passiva	(12)	(52)
Despesas e tarifas bancárias	(180)	(27)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	<u>(66)</u>	<u>-</u>
	<u>(900)</u>	<u>(1.315)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>253</u>	<u>(1.186)</u>

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Fatores de risco financeiro

A Sociedade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros, em relação aos valores de mercado, é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Sociedade não aplica em derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Sociedade está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Sociedade.

Com a aquisição pela VINCI do controle acionário da Sociedade, a Administração passou a contar com o suporte financeiro relevante até que o resultado das reformulações e reestruturações das suas operações alcancem os objetivos esperados.

b) Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pelo fato de que a sua carteira é composta, na sua grande maioria, por clientes de grande porte e contratos de longo prazo com cláusulas de interrupção.

c) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Sociedade gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

d) Riscos de concentração de crédito

A Sociedade possui concentração de crédito e de receita em somente um cliente, onde, aproximadamente, este cliente equivale a 40% da receita bruta do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

As análises são feitas através da elaboração de um fluxo de caixa detalhado, alinhado com o plano de negócios, que é monitorado tempestivamente pela Administração.

21.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e outras contas a pagar pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Os saldos de equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo, são classificados como nível 2.

22. FIANÇAS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possuía fianças bancárias contratadas para garantia de processos judiciais no montante de R\$35.152 (R\$32.430 em 31 de dezembro de 2016).

Com exceção ao custo bancário de contratação dessas operações, não há registro das fianças na contabilidade da Sociedade.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$2.000 (R\$2.000 em 31 de dezembro de 2016) para responsabilidade civil.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas no dia 22 de abril de 2019 pela reunião de Diretores.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conclusão de contrato junto a Mercedes-Benz

A Sociedade possui diversos contratos firmados junto ao cliente Mercedes-Benz do Brasil, os quais montam no total de R\$175.723 mil. Em dezembro de 2018, a Sociedade concluiu parte destes contratos, considerando que estes geraram o montante de R\$65.026 mil de receita em 31 de dezembro de 2017.

Empréstimo obtido com parte relacionada

Em 01 de Maio de 2018, a Sociedade obteve empréstimo junto a sua parte relacionada Oengenharia Ltda. O contrato firmado entre as partes prevê juros indexados ao índice CDI+0,37% a.m.

Durante o exercício de 2018, a Sociedade obteve o total de R\$39.918 mil junto a Oengenharia Ltda., enquanto que, realizou o montante de R\$19.579 mil em pagamentos.

Alteração no valor de ação judicial com possibilidade de perda possível

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Sociedade é parte em ação judicial movida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Durante o exercício de 2018, em função de andamento do processo, o valor atualizado da ação passou de R\$181.213 mil para R\$235.357 mil (sendo o montante relativo somente a sociedade de R\$23.536 mil).
